
Comunicação Breve

MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA E A LUTA PELO ESPAÇO DA CIDADE: CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÕES, PALCO DE LUTAS E CONFLITOS NA GRANDE VITÓRIA/ES NA DÉCADA DE 1980

Andreia Fernandes Muniz*; Eneida Maria Souza Mendonça**

* Mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Espírito Santo.

** Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU, UFES, Brasil.

*Autor para correspondência e-mail: afernandesmuniz@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos sociais urbanos
Políticas Habitacionais
Direito à moradia

KEYWORDS

Urban social movements
Housing Policies
Right to housing

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar e analisar a relação entre as diferentes políticas habitacionais propostas no país e o surgimento dos movimentos sociais de moradia, que emergem em um cenário urbano de crise e transformações e protagonizam, em um palco de lutas e conflitos, reivindicações que se materializaram no espaço urbano e impactaram na configuração espacial das cidades. O recorte empírico de investigação é a Região da Grande Vitória na década de 1980, época em que ocorreram intensas mobilizações sociais, influenciadas por um contexto de mudanças nacionais. O trabalho norteia-se pela revisão teórica, pela pesquisa em reportagens de jornais e relatos de atores que atuaram na luta pela moradia na época analisada. Os resultados demonstram a importância dos movimentos sociais de moradia e suas reivindicações, não resolvidas por diferentes políticas habitacionais até hoje.

SOCIAL HOUSING MOVEMENTS AND THE STRUGGLE FOR CITY SPACE: A SCENARIO OF TRANSFORMATIONS, STAGE OF STRUGGLES AND CONFLICTS IN GREATER VITÓRIA/ES IN THE 1980s

This paper presents and analyzes the relationship between the different housing policies proposed in Brazil and the occurrence of social housing movements, which emerge in an urban scenario of crisis and transformation and lead, in a stage of struggles and conflicts, claims that materialized in urban space and impacted the spatial configuration of cities. The empirical focus of the investigation is the Greater Victoria Metropolitan Region in the 1980s, when intense social mobilization occurred, influenced by a context of national change. The work is guided by the theoretical review, the research in newspaper reports and reports of actors who acted in the struggle for housing at the time analyzed. The results demonstrate the importance of social housing movements and their claims, unresolved by different housing policies to this day.

Recebido em: 13/07/2020

Aprovação final em: 18/08/2020

DOI: <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2020.v23i3.831>

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar e analisar a relação entre as políticas habitacionais propostas no país a partir da década de 1960 até 1980 e o surgimento dos movimentos sociais de moradia, que emergem em um cenário urbano de crise e transformações políticas e econômicas e, protagonizam, em um palco de lutas e conflitos, reivindicações que se materializaram no espaço urbano através das ocupações de terras e impactaram na configuração espacial das cidades brasileiras.

O objeto de estudo empírico é a Região da Grande Vitória (RGV) na década de 1980, estado do Espírito Santo, período em que ocorreram intensas mobilizações coletivas e individuais pelo direito à terra e à moradia, influenciadas por um contexto nacional de mudanças políticas, econômicas, sociais e urbanas. As reivindicações e ações refletiam o cenário de exclusão dos mais pobres, que especificamente neste trabalho, aborda o acesso à terra e à moradia como pautas de lutas.

A metodologia da pesquisa, realizada de março a outubro de 2019, engloba: pesquisa bibliografia sobre conceitos relacionados aos movimentos sociais urbanos, definidos por autores da Sociologia Urbana, Geografia e Antropologia; revisão da literatura, sob o viés da luta pela moradia, que contextualiza as diferentes políticas habitacionais propostas no país a partir da década de 1960; coleta de informações em reportagens de jornais da época analisada pertencentes ao acervo do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN); levantamento de informações em mídias digitais sobre os movimentos sociais de moradia da RGV na atualidade e por fim, pesquisa de campo para coleta de relatos com atores sociais que participaram das ocupações na época analisada.

A pesquisa histórica e a investigação sobre os movimentos sociais em defesa da moradia na RGV nortearam a identificação de atores que participaram ativamente das mobilizações da época, pessoas relevantes e sempre presentes em eventos e mídias que se destacam a luta pela moradia na RGV. Portanto, os relatos de duas senhoras, que ainda lutam pela moradia, completam este trabalho e mostram que a população pobre que lutou nas ocupações de terras na década de 1980 foram motivadas por um cenário de crise e exclusão e que até o período atual, continuam engajadas nesta luta.

A contribuição da investigação pauta-se na compreensão histórica de que a política habitacional do período analisado, elaborada de forma centralizada e sob uma visão desenvolvimentista-econômica, não priorizou os mais pobres no processo de provisão da moradia adequada, excluindo a maioria do acesso à terra urbanizada e do direito à cidade. Isso impactou no crescimento desordenado do espaço urbano, com consequências que podem ser vistas até hoje. Além disso, o Estado, ao atuar deixando em segundo plano as demandas sociais por moradia e priorizando o capital imobiliário e os setores de maior renda, contribuiu para ressurgimento dos movimentos sociais na segunda metade da década de 1970.

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

O Brasil, assim como vários países da América Latina, tem na década de 1970 o surgimento ou ressurgimento de um grande número de movimentos populares, que de forma isolada, lutavam e reivindicavam por melhorias em escalas locais, com problemáticas específicas que se transformavam em objeto de luta, tendo o Estado (regime militar) como opositor. Nos anos 1980 este cenário irá mudar, alterando a escala de mobilização e organização dos movimentos sociais (GOHN, 1991, p. 9).

O debate teórico sobre movimentos sociais teve grande incidência nos anos 1970 e 1980 e abordou especialmente, os movimentos de trabalhadores e populares urbanos (KAUCHAKJE, 2008). Castells (1972) é um dos teóricos que mais exerceram influência nos pesquisadores que investigavam o fenômeno dos movimentos sociais na década de 1970.

Santos (1981, p. 21) destaca que o conceito de “movimentos sociais urbanos” é lançado por Castells (1972) para “explicar o que poderia ser visto como uma permanência das representações culturais da

cidade frente à apropriação dos fenômenos e processos de urbanização pelo capitalismo, de acordo com as especificidades das formações sociais através das quais se manifesta”. Para Santos (1981, p. 22) “os movimentos sociais urbanos são movimentos de grupos ou setores da população urbana que têm, por consequência, a sua base na cidade e que nascem de suas contradições específicas”.

Gohn (2011) sistematiza os movimentos sociais da atualidade em treze eixos temáticos, o que facilita a compreensão da atuação de cada tipo. Os movimentos sociais de luta por moradia são inseridos como “movimentos sociais em torno da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade” e incluem duas frentes de luta, a saber: articulação de redes sociopolíticas compostas por intelectuais de centro-esquerda e movimentos populares que militam ao redor do tema urbano (o *habitat*, a cidade propriamente dita). Estes, participaram do processo de elaboração e obtenção do Estatuto da Cidade; redes de movimentos sociais populares dos Sem-Teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados), apoiados por pastorais da Igreja Católica e outras instituições.

Gohn (1991, p. 34) destaca que os movimentos sociais urbanos devem ser qualificados por possuírem uma problemática urbana, relacionada com o uso, distribuição e apropriação do espaço urbano, não se restringindo somente às camadas populares.

Neste trabalho, essa problemática se refere à habitação, reivindicada em todos os seus aspectos por estes movimentos a partir dos anos 70. O abrigo para a moradia como necessidade social básica, foi pauta de diferentes manifestações, geradas a partir da carência e necessidades não atendidas.

As tensões urbanas que fizeram ressurgir as reivindicações sociais nos anos 1970 têm relação com a situação em que vivia o país em meio ao regime militar. A situação era de grave rebaixamento de salários, ausência de infraestrutura urbana, em meio a um cenário político-econômico-social instável, reorganizam-se os sindicatos, os partidos políticos e os movimentos sociais, ressurgindo a vida associativa e emergindo as lutas urbanas e sociais, com novos atores protagonistas, apoiados por assessorias de agentes externos (profissionais, entidades, igrejas e políticos).

Na década de 1980 as ocupações coletivas de terras se reproduziram em várias regiões do país, seja de forma organizada ou não, em meio à decadência do regime militar, refletiram a precariedade urbana e habitacional do país. As políticas habitacionais implementadas até o momento não conseguiram resolver o problema. Neste âmbito, este artigo revisita o contexto histórico das Políticas Habitacionais que levaram a este cenário de lutas e transformações.

POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1960

O fenômeno do crescimento desordenado das populações urbanas (tabela 1) no país no pós-guerra é consequência da estagnação da economia agrária exportadora e da precarização do trabalho no campo, que gerou migrações para as cidades de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e oportunidades de emprego. A atividade industrial e o crescimento vegetativo da população também contribuíram para a progressiva e acentuada ocupação do espaço urbano (CHAFFUN, 1997, p. 19).

Tabela 1- População total e urbana do Brasil em milhões de 1890 a 1980.

População	1890	1940	1960	1970	1980
Brasil	14,30	41,326	70,191	93,139	119,099
Urbana	1,30	6,209	31,956	52,956	92,103

Fonte: elaborado pelos autores (2019) com base em Santos (1993, p.30).

O crescente processo de urbanização impactou a demanda por habitação. O padrão de ocupação do

espaço urbano se reproduziu em assentamentos precários, expressos em favelas e loteamentos irregulares ou clandestinos, provenientes de ocupações de terrenos vazios públicos ou privados; onde a autoconstrução se reproduziu como forma de morar da maioria dos mais pobres.

A intervenção pública na problemática da moradia iniciada em 1930 não foi suficiente para atender à demanda. A ausência de uma política habitacional efetiva com financiamentos contínuos que proporcionasse uma produção de unidades em número suficiente agravou o quadro.

Em um contexto de intensa mobilização da sociedade civil, o início da década de 60 é marcado pelos debates políticos, passeatas e manifestações populares pelas Reformas de Base (MARICATO, 2013, p. 97) propostas pelo governo de João Goulart (1961-1964), que visavam alterações nas estruturas econômicas, sociais e políticas, buscando modificar a situação de subdesenvolvimento e desigualdades sociais do país. As propostas englobavam reformas bancárias, fiscais, administrativas, agrárias, urbanas e universitárias.

As lutas sociais pelas reformas de base, reivindicadas por amplos setores, foram derrotadas pelo regime militar estabelecido em 1964, que implantou uma política em habitação, expressa de forma concreta pela lei federal 4.380/1964 que criou o BNH (Banco Nacional da Habitação) e o SFH (Sistema Financeiro da Habitação).

De 1964 a 1986 o SFH/BNH financiou empreendimentos públicos (habitação, obras de saneamento e infraestrutura urbana) com recursos provenientes dos depósitos compulsórios do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado em 1966) e dos recursos voluntários das cadernetas de poupança (SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) (MARICATO, 1997, p. 49).

O SFH/BNH inaugurou uma nova fase da iniciativa pública na provisão da habitação social, baseada na produção massiva, de baixo custo, pré-fabricada, racionalizada e padronizada de conjuntos habitacionais em áreas distantes dos núcleos urbanos providos de infraestrutura, trabalho e qualidade de vida. Além disso, a política de remoções de favelas foi intensa e trouxe consequências socioespaciais, presentes até hoje na paisagem urbana. De acordo com o Censo de 2010 (IBGE) 11,40 milhões de pessoas vivem em favelas no país, sendo 88,2% dos domicílios em favela localizados em 36 regiões metropolitanas (DENALDI, 2013, p. 101).

O período de 1966 a início de 1974 é caracterizado pela forte repressão política aos movimentos sociais, políticos e trabalhadores; arrocho salarial e aumento exponencial da população urbana vivendo em capitais e grandes cidades. As altas taxas de crescimento econômico, em detrimento dos problemas sócio espaciais, sustentam o apoio ao regime. A produção habitacional beneficiava as classes de médio poder aquisitivo (LUCCHESI; ROSSETO, 2018, p. 37).

A partir de 1974 o governo militar, em meio às dívidas, perde sua capacidade de investimentos em políticas públicas, perdendo a capacidade de sustentação do regime, enfraquecido pela crise internacional e pela má gestão do BNH. Neste cenário, os movimentos sociais avançam no seu poder de mobilização, ressurgindo as reivindicações movidas por pressão de carências em infraestrutura, tais como saneamento, transporte e moradia nas periferias das grandes cidades. O retorno dos movimentos sociais sinaliza a crise do autoritarismo e a transição para a democracia (LUCCHESI; ROSSETO, 2018, p. 63).

Os movimentos sociais ressurgem sob todas as formas, em um cenário de transformações, em um palco de lutas e conflitos: as associações de moradores se multiplicam nos entes da federação; a União Nacional dos Estudantes (UNE) ressurge em 1979; presos políticos fazem greve de fome em prol da aprovação, ampla e irrestrita, da Lei de Anistia (1979); em São Paulo a população toma as ruas em protesto contra a “carestia”, arrocho salarial e inflação; em 1983 surge o Movimento Unificado de Favelas, Cortiços e Promorar; em 1984 o MST (Movimento dos Sem Terra) nasce apoiado pela Igreja Católica; em São Bernardo do Campo, em meio às greves dos trabalhadores da indústria automobilística nasce a Central

Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. O fim do bipartidarismo e as eleições diretas para governador em 1982 levam a oposição ao poder em vários estados brasileiros.

Sobre o papel da igreja, Maricato (1997, p. 57) destaca que em 1972, o encontro latino-americano realizado pela Igreja Católica em Medelín, na Colômbia, influenciou a vida dos trabalhadores urbanos e rurais, ao definir a “opção pelos pobres” como parte da Teologia da Libertação. A partir deste momento, muitas igrejas católicas passaram a servir de base para reuniões populares.

A igreja teve um papel relevante na década de 80, com um grande engajamento pelas lutas urbanas e por moradia, debatendo a propriedade e o uso do solo urbano junto aos excluídos deste direito. A igreja alavancou os movimentos de moradia por todo país (BONDUKI, 2018, p. 92).

Os movimentos sociais se formaram a partir de um conjunto de relações e de articulações onde os partidos e a igreja tiveram um papel importante (GOHN, 1991, p. 34).

Os debates e lutas se espacializaram nas favelas, loteamentos clandestinos e bairros da periferia. Sindicatos, associações de moradores, diretórios políticos, associações de favelas e igrejas são os espaços físicos que recebem os atores sociais para reivindicar temas tais como: infraestrutura urbana básica e mínima (água e energia), transporte público, direito e posse da terra (legalização e regularização dos loteamentos clandestinos e irregulares), produção de moradias e financiamentos para moradia (mutirões) e a até mesmo, movimentos de setores médios, tais como contra os preços dos aluguéis e contra as prestações da casa própria (mutuários do BNH).

Atores sociais surgiram em meio a diferentes categorias de moradores (de loteamentos clandestinos, praças, ruas, pontes viadutos, cortiços do centro e periferia; de conjuntos habitacionais, casas de aluguel, áreas invadidas e aglomerados precários). A maioria se organizou em associações, assessorados por profissionais (arquitetos, sociólogos, advogados e assistentes sociais), entidades de classes e pesquisadores universitários; capitaneados na maioria dos casos pelas CEB's - Comunidades Eclesiais de Base (GOHN, 1991, p. 62) e acompanhados por sindicatos, partidos políticos e ONGs (SOUZA, 2012, p. 275).

No início da década de 1980 a crise urbana se agravou, as manifestações se intensificaram, e as reivindicações pelo acesso à terra se traduziram em ocupações de áreas públicas e privadas, coletivas e planejadas. Estas ações impactaram as negociações com o Estado, que passou a abrir canais de negociação com os movimentos organizados.

Em meio ao enfraquecimento do regime militar, ao processo de redemocratização e à crise do BNH emergem novos e antigos atores nas lutas pelo direito à terra, pelo direito à moradia e pela reforma urbana. O Movimento Nacional dos Mutuários, liderados pela classe média com a participação de setores populares; o Movimento dos Sem Teto e o Movimento Social Urbano organizado pela Igreja Católica nas periferias urbanas, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Em 1986, a crise política, social e econômica no país contribuiu para a extinção do BNH e a desarticulação completa da política nacional habitacional vigente, com a gestão do SFH passando à Caixa Econômica Federal (CEF). Na conjuntura da redemocratização, entidades profissionais e acadêmicas, movimentos sociais, ONGs e sindicatos se unem para articular o Movimento da Reforma Urbana. As ações de ocupações coletivas de terras dos anos 80 contribuíram para encaminhar o surgimento dos movimentos em defesa da moradia, fundamentais para os debates sobre a Reforma Urbana, que levaram à formulação da Emenda de Iniciativa Popular à Assembleia Constituinte de 1988.

Ainda sem a perspectiva de moradia e de terra, qualidade na ocupação das cidades e sem uma representatividade expressiva, em julho de 1990 foi realizado o 1º encontro Nacional dos Movimentos Moradia, sediado em São Paulo, dando origem ao Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), à União Nacional de Movimentos de Moradia (UNMM), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN),

ambos integrantes de uma organização ainda mais abrangente, a Central de Movimentos Populares (CMP). A Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), existente desde o fim da década de 1970, se renova na década de 1990 no sentido da participação em fóruns nacionais de disputa pela construção de novas políticas (CYMBALISTA; MOREIRA, 2006, p. 37).

O Estado busca reproduzir as mesmas Políticas Habitacionais e os movimentos sociais de moradia resistem. A história dos movimentos sociais demonstra a capacidade de impulsionarem mudanças diversas (GOHN, 2011). As cidades ficaram mais caras e mais especulativas, expressão do aumento exponencial de imóveis e terras; a maior parte da população urbana mora ilegalmente em favelas, em loteamentos irregulares e clandestinos. As cidades pioraram (MARICATO, 2019).

Portanto, no final da década de 80 os movimentos sociais urbanos de luta por moradia sofrem modificações, através da institucionalização. Este artigo não pretende avançar as décadas seguintes, mas destaca que as mobilizações sociais das décadas de 1970 e 1980 abriram caminho para conquistas no âmbito legal, em relação à formulação e regulamentação de leis que buscam garantir o direito à moradia e à terra, o direito à participação no debate sobre políticas públicas, especialmente às Políticas Habitacionais. Sem “lutas e reivindicações” as conquistas não teriam acontecido.

REGIÃO DA GRANDE VITÓRIA/ES NA DÉCADA DE 1980

O contexto social, político, econômico e urbano nacional nas décadas de 1970 e 1980 teve reflexos nas regiões metropolitanas do país. Na década de 1980, a região conhecida como Grande Vitória (GV) era formada por cinco municípios (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana) e passou por um processo de intensa urbanização, com adensamento populacional e ampliação da mancha urbana.

A erradicação dos cafezais (base agrícola exportadora do estado do ES) durante a década de 1960, ocasionou um processo migratório campo-cidade para a GV. À esta mão-de-obra pouco qualificada, juntaram-se migrantes (tabela 2) vindos de outros estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia) atraídos pelas oportunidades de emprego que eram anunciadas pela implantação dos Grandes Projetos industriais (empresas de mineração, siderurgia e celulose).

Tabela 2 - Crescimento populacional Grande Vitória - 1950 a 1977.

População	1950/1960	1960/1970	1970/1977
População inicial	110.931	198.265	385.998
Crescimento vegetativo	28.721	61.517	56.200
Saldo de migrações	58.613	126.216	64.100
População final	198.265	385.998	504.298

Fonte: elaborado pelos autores (2019) com base em IJSN (1980) baseado em dados de 1979.

No entanto, a tecnologia industrial implantada demandava pouca mão-de-obra e especializada, o que excluía o grande contingente de migrantes sem qualificação, que foram absorvidos pelo mercado informal ou pelo desemprego. Com baixos salários ou sem renda para terem acesso à moradia, seja pelo aluguel ou pela compra, restou aos trabalhadores buscar as periferias, invadindo áreas, comprando terrenos em loteamentos irregulares ou clandestinos e, autoconstruindo a moradia, forma típica de morar no início da década de 1980.

Duarte (2008, p. 162) destaca que o movimento migratório, a especulação imobiliária, o desemprego, a ausência de políticas sociais eficientes e a própria política habitacional vigente contribuíram para a

pobreza e a precarização da moradia, sendo o BNH/SFH ineficiente em atender aos mais pobres. Além disso, a ausência de políticas sociais eficientes, a falta de emprego e renda, a alta inflação e a “carestia” contribuíram para a proliferação da miséria.

De 1967 a 1980 o BNH havia financiado no ES 65.018 unidades habitacionais, sendo 52.244 unidades para baixa renda de um total de 1.734.517 unidades produzidas no país para esta faixa de renda, cerca de 53% do total produzido no país. Porém, a política habitacional, baseada em diferentes programas, incluindo a venda de lotes urbanizados, não conseguiu impedir o cenário de lutas por moradia e terra da década de 80.

O cerne da questão não era a relação de oferta e demanda e sim, a incapacidade dos mais pobres terem acesso ao “bem” moradia, que envolve uma equação complexa: terra, materiais de construção, mão de obra e capacidade de pagamento por esta mercadoria. O arrocho salarial, o desemprego, a alta inflação, a crise econômica e política que assolou o país condicionou a população de baixa renda, excluída das áreas valorizadas pelo mercado de terra, ocupar áreas sem nenhuma infraestrutura urbana.

Em 1977 o cenário era de pobreza intensa na GV, com seu espaço urbano formado por assentamentos subnormais com moradias precárias. O *déficit* estadual era de 80 mil domicílios, sendo 50% concentrado na GV, onde 262.000 pessoas carentes (47% da população) viviam em 82 ocupações em mangues, baixadas, encostas e morros (IJSN, 1980), conforme tabela 3. Além disso, no final da década de 1970 e metade da década de 80 foram registradas invasões que constituíram assentamentos precários e ocupações em apartamentos vazios construídos pela COHAB-ES.

Tabela 3 - Número de assentamentos e população carente nos municípios da GV em 1979.

Dados	Vitória	Vila Velha	Cariacica	Serra	Total
População carente	99.080	107.390	43.150	12.000	261.620
Assentamentos	32	34	12	4	82

Fonte: elaborado pelos autores (2019) com base em IJSN (1980) baseado em dados de 1979.

O incremento populacional gerou graves problemas sociais e espaciais. Destaca-se que a população urbana dos cinco municípios passa de 705.058 em 1980 para 922.174 em 1985 (IJSN, 1987, p. 12). Em 1987, das 950 mil pessoas que viviam na GV, cerca de 400 mil moravam em condições subnormais em 179 assentamentos precários; destes, 47 estavam localizados em Vitória, 25 em Vila Velha, 60 em Cariacica, 20 na Serra e 27 em Viana. As ocupações de terras e obras inacabadas da COHAB-ES foram consequências desta situação de exclusão.

Este cenário é expresso em diferentes jornais, conforme manchetes indicadas na figura 1, catalogadas em diversas reportagens da época. Destaque para a intensa atuação da Igreja Católica capixaba, através da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória que culpava o governo do Estado pela situação de precariedade.

Além disso, centenas de famílias passaram a ocupar terras de propriedade pública e privada em busca de onde morar, conforme noticiavam os jornais no início da década de 80. As ocupações de terras em áreas alagadiças, mangues e encostas se multiplicaram, com embates e lutas entre os “posseiros” (denominação dada às famílias que reivindicavam a posse da terra ocupada), a polícia e o poder público, que respondia com a destruição de barracos e violência, conforme anunciavam as reportagens indicadas na figura 2.

Portanto, o problema habitacional era grave, em um cenário que reproduzia a situação do país, já discutida neste artigo. Em meio a esta situação de precariedade, a população se organiza através de associações de bairros ou centros comunitários, com a atuação localizada, resolvendo os problemas imediatos,

muitas vezes de forma política.

Figura 1 - Jornais noticiam as ocupações na Grande Vitória em 1980 e 1981.



Fonte: Montagem dos autores (2019) com base no acervo digital do IJSN de reportagens dos Jornais A Tribuna e A Gazeta dos anos 1980.

Neste contexto, os movimentos de moradia terão um papel mais amplo, com destaque para a atuação mais forte em termos de organização comunitária, o que ocorre em Vila Velha, com o Movimento de Direito à Moradia, que reivindicava a desapropriação de áreas vazias dentro da malha urbana e também todo tipo de infraestrutura urbana e verba para construção de casas e contava com a participação de moradores de todos os bairros (IJSN, 1987, p. 14).

Até o início da década de 1980, a Arquidiocese de Vitória havia sido pródiga em estimular e abrigar os movimentos populares. Nas assembleias arquidiocesanas, das quais participavam representantes de todas as áreas e setores da Igreja – aproximadamente 250 pessoas –, avaliava-se a trajetória da luta e traçavam-se as prioridades para os anos subsequentes, a partir das quais eram montados encontros sobre consciência política dos cristãos, treinamentos de lideranças da periferia, etc. (DOIMO, 2008, p. 233). A Arquidiocese de Vitória, através da Comissão de Moradia, passa a atuar não somente no município de Vitória, mas passa a realizar ações pelos bairros de Vila Velha em prol dos moradores, lutando contra a truculência da polícia e contra ação de grandes proprietários da época.

Figura 2 - Jornais noticiam as invasões na Grande Vitória em 1980 e 1986.

Novas invasões ocorrem entre S. Pedro e Caieiras
A área invadida na avenida Getúlio Vargas (no contorno de Vitória) significa no final da semana. Agora, os posseiros delimitam os seus lotes desde a entrada do Morro da Terceira até as proximidades do Sítio do Jacaré, perto de três quilômetros das margens da avenida. Dezesseis barracos estão sendo construídos em mangue e a...

Polícia vai reprimir invasões
A área invadida na avenida Getúlio Vargas (no contorno de Vitória) significa no final da semana. Agora, os posseiros delimitam os seus lotes desde a entrada do Morro da Terceira até as proximidades do Sítio do Jacaré, perto de três quilômetros das margens da avenida. Dezesseis barracos estão sendo construídos em mangue e a...

Polícia espanca e prende invasores de Santa Rita
Mulheres e crianças descansam antes de prosseguir o trabalho de construção de seu barraco.

Ordem ilegal de juiz gera despejo de 300 posseiros
Apesar da vigilância policial, invasores continuam presentes no bairro São Pedro

Dono de lotes em São Pedro ganha liminar na Justiça

Violência não impede posse em área de marinha
Alguns barracos de posseiros foram destruídos, mas logo a seguir reconstruídos

Policiais armados prendem posseiros de Rosa da Penha
Divisão de soldados armados destruiu cerca de 40 barracos

INVASÕES Existe alguém por trás?
As invasões de terrenos na Grande Vitória são preparadas? Há quem diga que sim. E há até quem garanta que o coordenador das invasões é um homem magro, aparentando 30 anos de idade e que sempre usa óculos de aros finos. Por trás dessa mistura de ficção e realidade, entretanto, existe muita coisa, desde a presença de milhares de pessoas sem qualquer condição de pagar aluguel, até o praticamente convidando eventuais interessados. Por causa disso, aparentemente as autoridades diminuíram a proteção a estas áreas, embora ainda aleguem "o direito da propriedade" para espantar os mais audaciosos, mas os primeiros sinais de simpatia começam a aparecer: no município da Serra há facilidades e até indicações para famílias pobres "criarem" novos bairros.

Possesores lutam para ter propriedade
Os barracos são construídos da noite para o dia

Possesores atacam agora terrenos particulares
Terrenos das Ostras Pimentadas e dos Cordeiros, a 10 quilômetros, próximos a Santo Antônio, foram invadidos por milhares de pessoas. Durante um tempo, a área, sendo ocupada ilegalmente por particulares.

Possesores do São Pedro tomam Palácio da Justiça
Para saber da decisão judicial

Fonte: Montagem dos autores (2019) com base no acervo digital do IJSN de reportagens dos Jornais A Tribuna e A Gazeta dos anos 1980.

No entanto, com a abertura política, a explicitação das várias tendências políticas atuantes neste campo e, posteriormente, a morte do bispo progressista Dom João Batista, a Igreja decide “separar o sagrado

do secular” e muda sensivelmente sua conduta em relação aos movimentos populares (DOIMO, 2008, p. 233). Com a organização de outras forças sociais e com a mudança do panorama nacional, as CEB’s retiraram-se gradualmente do cenário político do Estado. Cresceram os movimentos sindicais e estu-
dantis com pautas diversas – tais como a reforma agrária, o desmantelamento da violência policial e as melhorias no transporte coletivo.

No Espírito Santo, a luta pela moradia se concentrava nas pautas dos movimentos estudantis e dos movimentos populares. As reivindicações se davam de maneira geral por meio do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo. Com isso, os moradores, que tiveram sua luta travada com o auxílio das igrejas e das ONGs, passam a ganhar notoriedade realizando assembléias e realizando contato direto com as frentes das prefeituras, buscando reivindicar seus direitos através das ocupações territorial (MOREIRA; PERRONE, 2007).

Ao buscar registros sobre a origem dos movimentos sociais de moradia na Grande Vitória, a pesquisa identificou, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, três movimentos sociais de moradia que têm desempenhado um papel relevante nas reivindicações pelo direito à moradia na Grande Vitória nas últimas décadas: Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Brigadas Populares (BPS) e União Nacional por Moradia Popular (UNIÃO-ES), sendo este último, atuante também no município de Colatina.

Destaca-se que este artigo não pretende detalhar a atuação destes movimentos sociais, nem seus discursos e pautas reivindicatórias. Mas para o estudo, direcionaram para a identificação de atores sociais que atuaram no período da história das ocupações de terras.

A partir disso, este trabalho realizou uma pesquisa de campo, buscando relatos de duas senhoras¹ que participaram ativamente deste processo. Vinculadas e atuantes na Igreja Católica, a primeira delas relata como iniciou sua jornada em defesa do direito à moradia no Estado, atuando até hoje, no Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). Os relatos demonstram sua participação e mobilização com diferentes atores sociais, tanto famílias, quanto a igreja e o poder judiciário:

Me apavorou quando eu cheguei em uma casa, eu, como legionária de Maria, levava o evangelho as pessoas. Chegando nessa casa e vendo uma trempezinha de lajota com uma panela de mingau fervendo ali para as crianças tomar. Essa mãe tinha 8 filhos, ela “tava” do lado de fora fazendo esse mingau para as crianças [...] Ela não tem uma casa, ela não tem local onde botar os filhos dela para deitar para dormir, então, que quer que eu posso fazer nesse momento?

Eu pensei: Poxa! Vou levar ela para igreja!

Nesse mesmo tempo, no outro dia, apareceu uma ocupação aqui no Aribiri, no bairro Dom João Batista eu entendi que aquela tarefa era minha para cobrir aquilo que eu tinha visto!

Aí eu fui para lá para ajudar aquele pessoal a ficar ali naquele local e falei com essa senhora:

“Faz o seu barraquinho aqui então, e fica aqui junto com esse pessoal”
Ela foi, catou umas lenhas, os negócios e fez um barraquinho botou lá as crianças, era lona, botou lá as crianças e ficou lá. E o pessoal “tava” já com a liminar de despejo. E aí dobrou mais a preocupação. Foi conversar com a família que disse que era dono do pedaço de terra, tinha floração com a terra, e também cuidar daquelas famílias que “tava” ali que tinha fome, embaixo da Ordem da polícia!

¹ Os nomes dos atores pesquisados serão mantidos em sigilo. Relatos realizados em conjunto com pesquisa documental de campo em junho de 2019.

[...] Aí nessa história a gente foi negociando com a família, conversando com a família e aí na conversa com Bispo, com o poder judiciário e com a família, a coisa foi abrandando e eu consegui conversar com ele e botar o pessoal na área da igreja!

O segundo relato parte de uma senhora que atua desde o início da década de 80 na defesa dos direitos humanos, iniciando suas atividades na realização de trabalhos voluntários junto a paróquias da região de Aribiri em Vila Velha, fornecendo não só abrigo, mas também comida a pessoas que se encontravam em situação de rua.

Após sua saída do Movimento Nacional de Luta por Moradia (onde começou sua atuação na luta por moradia), juntamente com outros membros, deram início ao então Movimento de União Popular (UNIÃO-ES):

“Eu mudei de Colatina para Vitória e, chegando aqui, a gente pagava aluguel, aí quando surgiu no Aribiri, o pessoal eles ocuparam o mangue, do Aribiri. E aí a polícia foi lá, bateu em todo mundo, tocou todo mundo de lá e tinha uma faixa de duzentas e poucas famílias que tinham vindo de longe e não tinham condições de voltar pra onde que vieram aí eu já entro nessa história aí. Isso foi nos anos de 1980-1981.²

A pesquisa buscou identificar o período temporal da ocupação, para melhor compreensão dos relatos. Destaca-se que as duas senhoras atuaram juntas na mobilização das famílias nesta ocupação e posteriormente na fundação do MNLM no estado. A ocupação tornou-se um dos seus principais repertórios de ação coletiva a partir da década 1980. Reproduzindo o que aconteceu no cenário nacional.

A ocupação a que o relato se refere é a ocorrida na região denominada Aribiri, conforme noticiado no Jornal A Tribuna, de 12 de dezembro de 1982, com a reportagem intitulada “Posseiros são ameaçados de expulsão em Aribiri”. Da reportagem, foi extraído um trecho que merece destaque, pelo fato de mostrar os embates, tanto com a polícia quanto com os proprietários da área ocupada; além da negligência do Poder Público, que ausente na implementação de políticas habitacionais amplas e eficientes, aceita e motiva as ocupações sobre áreas de proteção permanente, neste caso, o manguezal, às margens do Rio Aribiri, manancial que na atualidade encontra-se totalmente poluído por lançamentos de esgotos. Consequência de uma época de intensas lutas e embates:

As pessoas que invadiram o terreno próximo ao mangue, em Aribiri – cerca de 120 – há mais ou menos dois meses, vêm sendo abordadas com todo o tipo de ameaça.

Por não ter para onde ir, conforme justificou José Ornele, a única alternativa que encontrou foi ocupar o terreno, totalmente sem infraestrutura, recomendado pelo ex-prefeito de Vila Velha, Américo Bernardes.

Jaciara Lyrio da Silva argumentou que rico possui as terras que desejar na hora que lhe parecer oportuna, enquanto pobre além de viver no abandono ainda tem que pagar por isso. Fonte: Jornal A Tribuna, 1982. Acervo do IJSN. Acesso 13 de outubro de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 1960 o país viveu intensas mobilizações sociais e propostas por reformas de base, dentre elas, o debate pela Reforma Urbana que surge como reivindicação para solucionar os problemas

² Relatos do dia 21 de maio de 2019

graves pelos quais passavam as cidades brasileiras, principalmente relacionados à posse da terra pelos mais pobres, excluídos do direito à cidade e à moradia. Porém, as mobilizações foram sufocadas pelo novo regime político que foi implantado no país em 1964, ressurgindo na segunda metade da década de 1970, através dos movimentos sociais urbanos, motivados por um cenário de crise econômica, política e urbana.

O aumento do contingente populacional nas cidades, motivado pela industrialização e pela precarização do trabalho no meio rural, contribuiu para a expansão da malha urbana, assim como pela demanda de terra e moradia. Este cenário irá se reproduzir em quase todas as cidades brasileiras, inclusive na Região da Grande Vitória, onde a erradicação dos cafezais e os grandes projetos industriais e de infraestrutura portuária, contribuíram para o aumento populacional e intensificaram a disputa pela terra urbana. Excluídos dos meios formais de acesso à casa própria, os mais pobres assalariados ou sem renda, buscaram nas ocupações de terra a sua forma de acesso à moradia.

Os baixos salários ou a ausência de fonte de renda, não permitiam o pagamento do aluguel, condicionando famílias organizadas, de forma coletiva ou individual, buscarem a ocupação de áreas localizadas em encostas, mangues e alagadiços, renegadas pelo mercado imobiliário ou pelas políticas habitacionais vigentes.

Apoiadas pela Igreja Católica através da Comissão do Direito à Moradia, as famílias tentavam resistir aos embates com a polícia, mobilizada pelo Poder Público ou pelos proprietários das terras ocupadas. Expulsas, buscavam outras áreas e voltavam a edificar seus barracos. As mobilizações demonstram um caráter de resistência e embate, até mesmo com violência. Outras vezes, buscavam os meios legais, recorrendo à justiça para terem o direito à terra e à edificarem suas moradias.

Importante destacar, que este artigo é um fragmento de uma ampla pesquisa realizada por um ano, que mostrou que destas mobilizações, a reivindicação pela terra, pelo direito de morar gerou atores, que participaram posteriormente da formação dos movimentos sociais de moradia na RGV.

Outro ponto de destaque é a compreensão que as políticas habitacionais implementadas excluíram os mais pobres, que buscaram outra forma de obter o abrigo para reprodução de sua força de trabalho. A terra urbana, mesmo sem nenhuma infraestrutura para a edificação de uma moradia, foi objeto de disputada e levou famílias inteiras a reivindicarem o acesso a ela utilizando a ocupação como expressão de luta. A opção pela moradia (edificada) foi secundária neste embate, aceitando as famílias a autoconstrução como forma de morar. Ter a casa própria, sair do aluguel, significava antes de tudo, ter terra. Problema que as políticas habitacionais, reproduzidas da mesma forma até hoje, não foram capazes de modificar.

Os mais pobres continuam excluídos do direito à cidade, mesmo com todos avanços legais conquistados (Constituição Federal 1988, Estatuto da Cidade, etc). A questão fundiária é a base de qualquer debate sobre a problemática habitacional. A ações de ocupações criaram o palco das negociações, diálogo e embates com o Poder Público para possíveis mudanças sociais.

As mobilizações dos movimentos sociais de moradia promoveram mudanças ao longo das décadas. A luta pela reforma urbana e pela Constituição trouxe conquistas no âmbito da participação popular. Somente através da mobilização e da reivindicação é possível obter mudanças estruturais, principalmente às relacionadas à exclusão do direito à moradia pelos mais pobres.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, N. **Dos movimentos sociais e da luta pela reforma urbana na Constituinte ao Estatuto da Cidade.** In: BONDUKI, N. (Org.). *A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo.* São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.

CASTELLS, M. (1972). **A questão urbana.** 4ª edição. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1983.

CHAFFUN, N. **Dinâmica global e desafio urbano**. In: BONDUKI, N.G. (Org.). *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1997, p. 18-37.

CYMBALISTA, R.; MOREIRA, T. **Política Habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta**. In: ALBUQUERQUE, M. C. (Org.). *Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira*. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006.

DENALDI, R. **Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção**. In: DENALDI, R. (Org.). *Planejamento habitacional: notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação*. São Paulo: Editora Annablume, 2013.

DOIMO, A. **Perfil dos Movimentos Sociais e das ONGs na Grande Vitória em Meados dos Anos 90: A Face Integrativa em Tempos de Globalização**. In: SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.04, v.1, Dezembro. 2008. p.225-75.

DUARTE, M.P.L. **A expansão da periferia por conjuntos habitacionais na Região da Grande Vitória (1964-1986)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2008.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v.16, n.47, maio-agosto de 2011, p. 331–361.

IJSN. **Programa COM/BIRD - Subprojeto Vitória. Volumes I, II e III**. 1980. Disponível em <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/339887>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

IJSN. **Plano Emergencial de Habitação – Grande Vitória**. Grupo de Trabalho do Governo Estadual para definição de Política Habitacional, 1987. Disponível em <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/339887>>. Acesso em: 25 de junho de 2019.

KAUCHAKJE, S. **Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 3, set./dez. 2008, p. 667-696.

LUCCHESI, M. C.; ROSSETO, R. **A política urbana no governo militar (1964-1985)**. In: MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. São Paulo: editora Atual, 1997.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: editor Petrópolis, 2013.

MARICATO, E. Erminia Maricato: **“As vítimas da falta de moradia têm cor no Brasil”**. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/25/erminia-maricato-as-vitimas-da-falta-de-moradia-tem-cor-no-brasil/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MOREIRA, T.H.L.; PERRONE, A. **História e Geografia do Espírito Santo**. Vitória: [s.n.], 2007.

SANTOS, C.N.F. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SOUZA, M.L. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 4ª edição. Rio de Janeiro: editor Bertrand Brasil, 2012.